



Congresso aponta reforma política como prioridade de 2015



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Na abertura dos trabalhos legislativos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que os parlamentares precisam aprovar com urgência a modernização das regras das eleições

A necessidade da reforma eleitoral também foi abordada ontem pelo novo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Na mensagem presidencial que foi enviada ontem ao Congresso, Dilma deu ênfase às medidas de austeridade recém-adotadas pelo governo. Segundo ela, não haverá recessão ou retrocesso. **2 e 3**

Antes da abertura dos trabalhos legislativos, Eduardo Cunha e Renan Calheiros sobem a rampa do Congresso

Formação das comissões entra em debate **8**

Oposição e governo divergem sobre CPI **7**



Reprodução

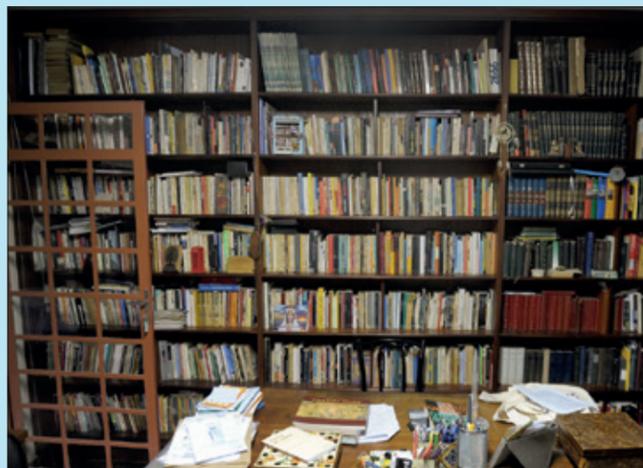
Nesta edição, segue encartado o informativo da Procuradoria da Mulher

Senadores querem Parlamento mais firme na fiscalização do Executivo **6**

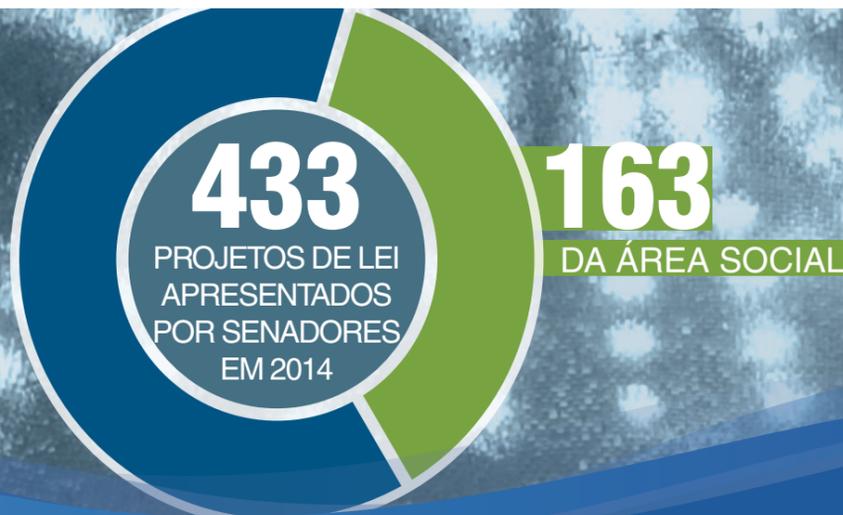
especial **Cidadania** Era uma vez o leitor brasileiro

Baixa qualidade do ensino no país pode estar contribuindo para afastar os jovens dos livros. A opinião é compartilhada por especialistas ouvidos pelo **Jornal do Senado**. Pesquisa feita para associações do mercado livreiro mostra queda no número de leitores. **4 e 5**

Casas com livros são raras no país, acredita o senador Cristovam Buarque



Jefferson Ruy/Agência Senado



Quer saber mais? Essas e outras informações do Senado Federal e do Congresso Nacional estão no **Relatório Anual da Presidência**. Use o QR Code ao lado ou acesse <http://bit.ly/1y3gs0U> para conhecê-lo.



Na mensagem enviada ao Congresso, presidente disse que medidas recém-adotadas, consideradas impopulares, são necessárias para garantir estabilidade econômica

Ajuste não causará recessão, afirma Dilma

NA MENSAGEM PRESIDENCIAL enviada ao Congresso Nacional, a presidente Dilma Rousseff confirmou o compromisso do governo de combater a inflação, manter a estabilidade econômica e lutar pelo equilíbrio fiscal, para que a economia volte a crescer. O documento foi lido ontem pelo primeiro-secretário do Congresso, deputado Beto Mansur (PRB-SP), na sessão de abertura dos trabalhos legislativos de 2015.

Aos congressistas, Dilma justificou os problemas econômicos enfrentados atualmente apontando “eventos internos e externos”. Ela lembrou que 2014 foi um ano marcado por queda no preço das commodities e por instabilidade, com o Japão e a Europa em estagnação, os EUA se recuperando da crise e a China reduzindo o ritmo de crescimento.

No plano interno, ressaltou, houve pressão no preço dos alimentos por causa da falta de chuva, que impactou também no preço da energia e na oferta de água em várias regiões. “Diante desses eventos internos e externos, o governo federal cumpriu seu papel. Absorvemos a maior parte das

mudanças no cenário econômico e climático em nossas contas fiscais para preservar o emprego e a renda. Atingimos um limite”.

A presidente teve que justificar medidas impopulares tomadas recentemente. Ela pregou a importância da responsabilidade fiscal e da manutenção das contas em equilíbrio:

“Ajustes fazem parte do dia a dia da política econômica, bem como do cotidiano de empresas e pessoas. Ajustes nunca são um fim em si mesmos. São medidas necessárias para atingir um objetivo de médio prazo, que, em nosso caso, permanece o mesmo: crescimento econômico com inclusão social. Não promoveremos recessão e retrocessos”.

Impostos

Na mensagem, ela explica que as alterações nas regras do seguro-desemprego, abono salarial, pensão e auxílio-doença “têm caráter corretivo” e “são medidas estruturais” adequadas “às novas condições socioeconômicas do país”.

A presidente lembrou que o governo diminuiu gastos discricionários e reduziu em



Mensagem presidencial é entregue pelo ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante (C), a Eduardo Cunha e Renan Calheiros

um terço o limite orçamentário de todos os ministérios neste início de ano. Pelo lado da receita, evitou a palavra aumento e disse que corrigiu as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustível e do Imposto de Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito pessoal. Também disse ter havido “correção” do PIS-Cofins sobre

bens importados e do IPI sobre cosméticos.

O baixo desemprego foi destacado na mensagem. Foram 5,28 milhões de postos formais criados entre 2011 e 2014, segundo ela, fazendo com que o Brasil esteja à frente da maioria das economias desenvolvidas. “Vamos mostrar que é possível conciliar ajustes na economia, corrigindo excessos e distorções de alguns programas sociais, com a preservação de direitos trabalhistas e sociais.”

sários, a presidente pretende lançar o Programa de Desburocratização e Simplificação das Ações do Governo. A mensagem diz tratar-se de agilizar o relacionamento das pessoas e empresas com o Estado e do Estado consigo mesmo. “Menos burocracia representa menos tempo e menos recursos gastos em tarefas acessórias e secundárias, mais produtividade e mais competitividade.”

Será lançado o Plano Nacional de Exportações, com foco na política industrial e no aumento da pauta e dos destinos dos produtos e serviços. “Se nossas empresas conseguirem competir no resto do mundo, elas conseguirão competir facilmente no Brasil, onde já desfrutam de vantagens locais.”

A presidente pediu a ajuda do Congresso para manter a política de valorização do salário mínimo. Hoje, é reajustado com base na inflação do ano anterior e no crescimento do PIB de dois anos antes.

Mensagem presidencial divide senadores

A mensagem presidencial, entregue aos parlamentares pelo ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, causou divergência entre os senadores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou. Segundo ele, Dilma está consciente das dificuldades do país e preparada para enfrentá-las. Ele citou como pontos positivos da mensagem a promessa de mais investimentos e ações para o aumento da produtividade, em prol das exportações e das pequenas empresas e de incremento do agronegócio e da infraestrutura.

A base governista também aprovou. Jorge Viana (PT-AC) afirmou que a mensagem faz um chamado para que os parlamentares deixem de lado o clima de disputa eleitoral e se empenhem em uma agenda que atenda o cidadão.

Humberto Costa (PT-PE) criticou a oposição, que promete votar contra as propostas de ajuste fiscal.

— A oposição tem que pensar mais no país e menos em seu próprio projeto de poder.

Humberto afirmou que a população sabe que o Brasil vive um momento difícil e que é preciso a tomada de certas medidas amargas para que o país retome o seu crescimento.



Cássio, que criticou a mensagem, e Jucá, que defendeu a presidente Dilma



Na mesma linha, Romero Jucá (PMDB-RR) destacou que o Congresso deve buscar união para vencer as dificuldades que os brasileiros enfrentarão nos próximos meses.

Segundo o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), seu partido “não faltará ao Brasil” na questão da governabilidade, mas será contrário ao aumento de impostos.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), criticou. A seu ver, a mensagem evidencia a desconexão do governo com a realidade. Ele citou como exemplo o fato de o texto ter até “elogios à Petrobras”. O líder classificou as medidas de austeridade de “estelionato eleitoral”, garantiu que seu partido vai lutar contra a diminuição de direitos trabalhistas e definiu a ausência

da presidente no evento como uma “afronta ao Legislativo”.

— É um desapareço a presidente não vir pessoalmente ao Congresso Nacional. Nada pior do que governo que se desloca da realidade.

Para José Serra (PSDB-SP), a mensagem do governo parecia tratar de outro país, “talvez do Hemisfério Norte”:

— A situação [do país] não é boa, é bastante desconfortável. O PT não sabe o que fazer com o país. O que a gente vê é um governo alienado.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), afirmou que a mensagem é uma “sucessão de mentiras” e “carece de credibilidade”. Para o senador, o texto não é compatível com a crise que atinge o Brasil:

— Foi mais uma propaganda de ficção.

Burocracia

Segundo Dilma, a intenção é criar um ambiente favorável para as micros e pequenas empresas. Por isso, vai enviar ao Congresso um projeto de lei que cria um mecanismo de transição entre o Simples Nacional e os demais regimes tributários, para que o pequeno negócio não tenha medo de crescer e perder benefícios.

Para diminuir a burocracia, motivo de queixa dos empre-

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Eleição da Mesa

10h Terceira reunião preparatória da 1ª sessão da 55ª legislatura destinada à eleição dos demais membros da Mesa para o biênio 2015–2016. Às 14h, sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

10h Renan Calheiros comanda a reunião preparatória que vai eleger os membros da Mesa Diretora do Senado para o biênio 2015–2016. Às 16h, dirige a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em pronunciamento, presidentes do Senado e da Câmara afirmaram que mudanças precisam ser feitas logo, para valerem em 2016. Dilma também abordou o tema

Renan e Cunha querem reforma política na pauta

REFORMA POLÍTICA E segurança pública foram temas que tiveram destaque ontem, na sessão de abertura dos trabalhos do Legislativo. Nela, os presidentes dos Três Poderes apresentaram metas para 2015.

A reforma política foi comum aos pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff, do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Na mensagem entregue ontem ao Congresso, Dilma falou da urgência de novas regras para a escolha dos representantes da população e o financiamento das campanhas.

“É nossa tarefa democratizar o poder para que a sociedade se sinta cada vez mais representada e para que as instituições representem, com ética e transparência, a vontade de todos os cidadãos. Conto com esta Casa para, neste novo ano legislativo, atuarmos em parceria para dar início a um novo ciclo histórico de mudanças em nosso país”, afirma Dilma, no texto.

Para Renan, a reforma polí-



Aloizio Mercadante (2º à esq.), Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Ricardo Lewandowski na primeira sessão legislativa do ano

tica é um dos maiores desafios do Congresso, já que as tentativas de mudança “se arrastam” há 12 anos. O ideal, segundo ele, seria que os parlamentares traçassem as linhas da reforma e as submetessem a referendo.

Cunha lembrou que mudanças no processo eleitoral têm de ser sancionadas antes de outubro para valerem em 2016.

Mudanças na gestão da segurança também tiveram destaque. Tanto a mensagem de Dilma quanto o discurso

de Renan trataram do tema. A presidente avisou que enviará uma PEC para tornar a segurança de competência comum de todos os entes federativos. Renan disse que é imprescindível pôr na agenda novas formas de cooperação entre a União e os demais entes, sobretudo na segurança pública.

Os presidentes do Senado e da Câmara defenderam outra mudança ligada ao pacto federativo: a reforma tributária.

— Isso é consequência de

uma discussão maior, que é a discussão do próprio pacto federativo. De nada adianta tratar de divisão de tributos sem tratar das obrigações e direitos de cada um nesse bolo — afirmou Cunha.

Como presidente do Congresso, Renan afirmou:

— É nossa intenção trabalhar uma agenda integrada do Congresso Nacional e do Senado com a Câmara, a fim de otimizar resultados e conquistas.

A harmonia entre os Poderes foi lembrada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

— Se os Poderes viverem em desarmonia, o país estará numa situação de inconstitucionalidade — disse ele, que declarou abertas as portas do STF para o diálogo com o Congresso.

Antes da sessão de abertura, como manda o protocolo, foi realizada uma cerimônia na parte externa do Congresso. À tarde, Renan chegou. Na rampa da frente do Palácio do Congresso, a banda do Batalhão da Guarda Presidencial tocou o Hino Nacional, ao mesmo tempo em que foram hasteadas as bandeiras das duas Casas. Durante o hasteamento, foram disparados 21 tiros de canhão.

Depois das honras militares, Renan foi recebido na rampa por Cunha. No Salão Negro, os dois se juntaram a Ricardo Lewandowski e ao ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e foram para o Plenário da Câmara, onde foi realizada a sessão.

Papel do Congresso é trazer melhorias ao país, diz presidente

O presidente reeleito do Senado, Renan Calheiros, destacou ontem que o papel do Parlamento é o de fortalecer a democracia e trazer melhorias para a sociedade. Ele citou a necessidade de os congressistas enfrentarem temas complexos na nova legislatura, como a reforma de códigos, o orçamento impositivo, a reforma política e a fiscalização do sistema tributário.

— O sentimento é o da es-

perança, e a determinação é a de realizar um novo período de trabalho que intensifique as reflexões sobre o país, aprimore as nossas decisões e traga melhorias para a vida nacional — afirmou.

Renan prometeu trabalhar para aprovar as mudanças do Código Penal, da Lei de Execução Penal, da Lei de Licitações e do Código de Defesa do Consumidor. Também disse que será priorizada a regulamentação do orçamento

impositivo, com a execução obrigatória também das emendas coletivas e de comissões e não apenas das individuais.

O presidente pretende ainda implantar a votação eletrônica de vetos e regulamentar o artigo 52 da Constituição, que prevê a fiscalização do sistema tributário nacional.

Para Renan, a reforma política é um dos maiores desafios do país, em pauta há 12 anos. Ele disse que o Congresso deverá aprovar as mudanças

e submetê-las a referendo.

— Precisamos de critérios definitivos para o financiamento de campanha. É preciso melhorar a política para que a política ajude a melhorar o Brasil. Urge que sejam feitas mudanças profundas no sistema político para torná-lo moderno, eficiente e transparente. Pagaremos um alto preço se não formos capazes de enfrentar este desafio.

Renan Calheiros defendeu ainda a inclusão da reforma

tributária entre as prioridades, além da busca de novas formas de cooperação entre as unidades da Federação em temas como segurança pública.

— A missão é trabalhar para atenuar os efeitos de qualquer crise que se anuncie. É isso que a nação exige e para isso que aqui estamos — afirmou, ao sublinhar que considera “imprescindível” que Câmara e Senado trabalhem juntos para protagonizar as mudanças exigidas nas ruas e nas urnas.

Viana participa da abertura do ano judiciário no STF

Jorge Viana (PT-AC) representou o Senado na abertura do ano judiciário, ontem de manhã, no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão solene foi conduzida pelo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, e teve presença também do presidente da Câmara, Eduardo Cunha; do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; e do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Lewandowski disse que o número de processos aumenta de forma exponencial, sem que a Justiça tenha conseguido dar vazão à demanda. Ele citou o relatório *Justiça em Números 2014*, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmando que o documento traz dados “dramáticos”.

De acordo com o relatório,

a taxa de congestionamento de processos no Judiciário cresceu em comparação a 2012, atingindo 70,9%.

Para responder à demanda, Lewandowski defendeu o julgamento de processos com repercussão geral e a aprovação de súmulas vinculantes, que obrigam os tribunais em instâncias inferiores a seguirem entendimento do STF. Ele afirmou ainda que vai intensificar as relações com os demais Poderes e outras instituições para buscar a convergência de esforços.

O combate à corrupção foi o foco do discurso do procurador-geral da República. Janot disse que o tema é prioridade do Ministério Público e que os Poderes da República devem dar especial atenção a ele. O procurador-geral citou ainda,



Lewandowski, Cardozo, Cunha e Viana, que representou o Senado na solenidade

como prioridades, a defesa do balizamento legal em relação ao financiamento das campanhas eleitorais, a melhoria das condições do sistema carcerário brasileiro e a rediscussão da Lei da Anistia.

No Congresso

Ontem à tarde, o presidente do STF participou da abertura

dos trabalhos legislativos no Congresso. Ele entregou aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara o relatório das atividades do Supremo e do CNJ no ano passado e as metas para 2015.

O levantamento mostra que em 2014 ingressaram no STF 8,5% mais processos que no ano anterior.

Cunha cita reformas eleitoral e tributária entre prioridades

No Congresso, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, apontou como prioridades a reforma política e o equilíbrio no pacto federativo. Ele também destacou a corrida contra o tempo para aprovar até outubro matérias que tratam da lei eleitoral, para que tenham validade já em 2016.

O deputado ressaltou a importância da independência e harmonia entre os Poderes e mencionou como urgente a reforma tributária e fiscal, dentro da discussão do pacto federativo.

— De nada adianta tratar de divisão de tributos sem tratar das obrigações e direitos de cada um nesse bolo — afirmou Eduardo Cunha.

Baixa qualidade no ensino é barreira para ampliar público leitor

O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 revelou que quase 530 mil jovens tiraram zero na redação. Coincidentemente, a última grande pesquisa sobre a leitura no Brasil, encomendada pelas principais associações de livreiros do país, mostrou

queda no número de leitores. Também indicou a importância dos professores para despertar, nos alunos, o interesse e o hábito de ler. Para especialistas ouvidos pelo **Jornal do Senado**, as dificuldades do ensino no Brasil têm grande parcela de responsabilidade sobre o problema.

Marina Domingos

A ESCRITORA LUCÍLIA GARCEZ, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e a pesquisadora Zoara Failla concordam: a baixa qualidade do ensino no país pode estar contribuindo para que os alunos leiam pouco e não criem uma relação duradoura com a literatura. Gerente-executiva de projetos do Instituto Pró-Livro, formado pelas principais associações de livreiros nacionais, Zoara coordenou a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, último levantamento de peso feito no país sobre o assunto.

A sondagem, encomendada ao Ibope e lançada no início de 2012, ouviu cerca de 5 mil pessoas em 315 municípios e concluiu que a parcela de não leitores aumentou de 45%, em 2007, para 50%, em 2011. A pesquisa considerou como leitores as pessoas que declararam ter lido, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses.

— Tem se investido muito em livros e o que se esperava é que tivesse melhorado — diz a pesquisadora.



Para Cristovam, a falta de boas escolas contribui para que não sejam formados novos leitores

Para a escritora e professora Lucília Garcez, doutora em linguística aplicada pela Universidade de Brasília (UnB), o interesse pela literatura começa na escola, que não cumpre seu papel.

— A escola funciona mal como formadora de leitores. Ela não é capaz de desenvolver na criança uma leitura proficiente, a criança não sai da escola dominando a leitura e os professores não são bons formadores de leitores. Eles não levam a criança a descobrir a leitura como uma fonte de prazer, a descobrir a leitura como uma fonte de conhecimento, como uma fonte de crescimento. Então, a escola falha — diz a escritora, que possui 17 livros publicados, entre eles *Técnica de Redação*.

Autoajuda

Um dado que chama a atenção é a queda no índice de leitura a partir dos 25 anos de idade. Na faixa até 24 anos, 49% dos entrevistados disseram ser leitores, mas, dos 25 aos 70, o percentual de não leitores foi de 75%.

— Outra falha da nossa escola é a falta de estímulo à leitura durante a escolarização e essa leitura não é duradoura, não permanece? A pessoa não cria o hábito de ler duradouro, para o resto da vida — questiona Lucília Garcez.

O senador Cristovam Buarque, que tem um mandato fortemente ligado à educação, aprofunda a crítica à qualidade do ensino.

— Dizem por aí que nós temos 95% das crianças na escola. Não são escolas. São uns prediozinhos muito ruins, feios e sujos, com algumas pessoas dedicadíssimas, que a gente chama de professor — aponta.

A pesquisadora Zoara Failla tem opinião semelhante:

— O perfil do professor é muito parecido com o da população como um todo. Se perguntado sobre o último livro que leu, geralmente é de autoajuda, religioso. Ele tem um repertório muito limitado e isso dificulta a indicação de livros de acordo com os interesses das crianças e jovens, que são diferentes em diferentes regiões.

Redes sociais

Lucília Garcez também aponta o Facebook como uma possível causa da queda no número de leitores no Brasil.

— A pesquisa não investigou isso, mas eu conheço pessoas que passam um tempo enorme na frente do computador — avalia.

Para Zoara Failla, o uso de novas tecnologias pode dificultar a aproximação dos livros por quem ainda não foi despertado pelo gosto da leitura. Ela até admite que as pessoas que passam muito tempo na internet têm, por exemplo, o acesso facilitado aos e-books, os livros eletrônicos. Mas, na opinião da pesquisadora, essa facilidade não leva obrigatoriamente à leitura.

Já o senador Cristovam Buarque acredita que a internet e as redes sociais não devem ser consideradas vilãs.

— Se a gente tem uma boa escola, o Facebook vai ajudar as pessoas a ler. Porque você passa a ler pelo computador. A gente tem que colocar mais livros dentro do iPad, mais livros dentro do Kindle e mais formas de educar as crianças a usarem a internet — alerta.

O jornalista e escritor José Godoy, que responde pela coluna *Clube do Livro*, na Rádio CBN, avalia que as redes sociais ajudam na divulgação dos autores e livros.

— Não podemos tratar de forma rasa,



Em sua biblioteca, a escritora Lucília Garcez posa com 17 obras de sua autoria. Uma delas ensina a escrever melhor redações num livro voltado para alunos que disputam o Enem

culpando a internet e as redes sociais, pois o indivíduo tem múltiplos interesses e consome a cultura de forma individual — argumenta.

Godoy lembra que, nos Estados Unidos, um levantamento feito pela empresa Nielsen, em dezembro do ano passado, mostrou que, mesmo sob forte influência das redes sociais, os jovens e as crianças leem mais por lá.

A pesquisa *Children's Book Summit* revelou que o mercado norte-americano de livros infanto-juvenis aumentou 44% na última década. Também apontou que 67% dos entrevistados disseram ler por prazer e que metade afirmou preferir o livro de papel ao e-book.

Ainda de acordo com o levantamento, na faixa etária entre zero a 10 anos de idade, a principal fonte de lazer é o livro. A partir dos 11 anos, a TV e os games começam a dominar o tempo livre da criança. Godoy compara com o Brasil:

— Infelizmente, estamos num país no qual o livro não faz parte do nosso horizonte cultural. Todo mundo tem uma ligação com a música, já teve uma experiência com o cinema, mas o livro não faz parte desse horizonte — destaca.

Projetos propõem mais acesso ao livro

Três projetos de lei apresentados no Senado tratam de incentivos para o público leitor. O ex-senador José Sarney propôs o PLS 294/2005, que prevê a criação do Fundo Nacional Pró-Leitura, em regulamentação à Política Nacional do Livro, de 2003. O também ex-senador Alfredo Nascimento é autor do PLS 156/2013, que promove o acesso universal às bibliotecas públicas, e do PLS 259/2013, que estabelece o conceito formal de biblioteca.

A proposta de Sarney foi aprovada pelo Senado e aguarda análise na Câmara. O texto prevê que projetos de incentivo à leitura sejam beneficiados com recursos de um fundo nacional.

O dinheiro viria do Tesouro Nacional, doações, legados, subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais. O

objetivo é promover a elaboração, a edição e a difusão de obras, além do estímulo à produção intelectual de autores brasileiros.

O PLS 156/2013 recebeu parecer favorável do relator, o senador Cristovam Buarque. Ele modificou a redação para incluir emendas que contemplariam a proposta do PLS 259/2013, sobre bibliotecas públicas.

Cristovam defende a criação de leis que ajudem na formação de um público leitor. Ele lembrou do Projeto Mala do Livro, que colocou em prática quando foi governador do Distrito Federal (1995-1998).

Pela proposta, minibibliotecas eram instaladas em residências de agentes comunitários de leitura, para empréstimo de livros na vizinhança. Cada biblioteca domiciliar tinha um acervo de cerca de 150 volumes. O empréstimo durava sete dias.

— Um menino que nunca viu uma bola de futebol, não joga bola. Um menino que nunca pegou num livro, não começa a ler. A verdade é que a imensa maioria das casas brasileiras não tem livros — lamenta.

Moradora do Distrito Federal, Vânia Gonçalves da Silva, 31 anos, é técnica em análises clínicas e mãe de dois filhos. Sempre lê e gosta do gênero romance. O livro mais recente que leu foi *Querido John*, do norte-americano Nicholas Sparks. Segundo ela, os filhos, com 9 e 7 anos de idade, também gostam de ler. Ela conta que pega livros emprestados em bibliotecas, pois considera alto o preço das publicações.

— É caro. Por isso, eles pegam de uma biblioteca muito boa na Escola Classe 204 Sul [em Brasília]. E eu, geralmente, pego na biblioteca da faculdade onde estudei — disse.

Festas literárias abrem espaço a autor e público

Bienais, feiras do livro e festivais literários como os de Parati (RJ) e Porto de Galinhas (PE) são oportunidades de encontro do brasileiro com autores e suas obras. A Flipiri, Festa Literária de Pirenópolis (GO), é um exemplo e vem sendo realizada há seis edições.

Um dos objetivos do evento é trabalhar, nas escolas das redes pública e privada, os livros dos autores convidados. Os professores recebem o material com antecedência e, nos dias da festa literária, são agendadas visitas às escolas, chamadas de itinerância do autor.

Os alunos da Escola Municipal Santa Maria de Nazaré, na comunidade rural de Caxambu, receberam, em uma das edições da Flipiri, a autora Raquel Ferreira, que tem uma série de livros infantis sobre os ratinhos Racumim e Racutia.

A história do ratinho que deveria roer os livros, mas ao contrário, escolheu lê-los, já rendeu a Raquel e à coautora, Maria Célia, quatro livros publicados e mais um lançamento para 2015.

— A Flipiri tem esse grande barato que é dar oportunidade às crianças de terem contato com o autor. Acho isso fantástico, tanto para a gente saber e ter esse retorno da criança, como também para a criança. Incrível ela ler um livro e depois saber de onde surgiu aquela história — diz.

A autora aposta nas novas gerações e acredita que, mesmo

com a concorrência da internet, há espaço para a leitura:

— Na leitura, você poder fazer as suas escolhas. Eu digo até que não existe quem não goste de ler, existe quem ainda não descobriu que tipo de livro gosta de ler — afirma.

Afeto

A Flipiri envolve, a cada evento, uma média de 50 escritores e artistas convidados. Recebe ainda 250 professores das redes municipal e estadual, mobilizando 5 mil alunos num grande encontro com a leitura.

A festa já contou com a participação de autores renomados, como Inácio de Loyola Brandão, Moacyr Scliar, José Miguel Wisnik, Elisa Lucinda e o ilustrador e escritor norte-americano Todd Parr.

— Fazer eventos como esse faz as pessoas pararem para pensar: como está minha leitura? Todos os anos elas começam a esperar prazerosamente pelas manifestações literárias e artísticas. E criam um ambiente onde muitos escritores já nasceram, bibliotecas foram abertas — destaca a curadora da Flipiri, Iris Borges.

A próxima Flipiri está marcada para os dias 2 a 6 de junho, com o tema “Literatura e afeto”. Os homenageados deste ano serão os autores Afonso Romano de Sant’Anna e Marina Colasanti, ganhadora do prêmio Jabuti de 2014.



Cantinho da leitura, uma das atividades realizadas na Festa Literária de Pirenópolis



Talita não lê, pois estuda para concurso



Miriam prefere ler livros religiosos

Nas ruas, maioria das pessoas diz que está lendo

Enquete feita pelo **Jornal do Senado**, nas ruas de Brasília, revelou apenas uma pessoa não leitora, de acordo com os parâmetros da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*.

A jornalista Talita Oliveira, 24 anos, disse que o livro mais recente que leu foi em janeiro do ano passado — *Rota 66: a História da Polícia que Mata*, do jornalista e escritor Caco Barcellos.

— Não é nem tanto pelo preço, porque tem o sebo

onde você compra vários livros usados. Mas posso dizer que é tempo, pois eu estudo para concurso — disse Talita, que prefere comprar os livros que lê.

Já a doméstica Miriam de Barros Lima, 38 anos, disse que lê muitos livros evangélicos, como a Bíblia, além de autores como o pastor Silas Malafaia e obras do norte-americano Josh McDowell. O último livro lido foi *Como Chegar ao Reino do Céu*.

— A televisão não passa mui-

ta coisa que preste e é muito importante ler, para aprender mais a cultura, para entender melhor o português. Através da leitura, você aprende melhor a falar o português — disse.

O comerciário Welison Damasceno gosta de ler mangás, tipo de história em quadrinho japonês, mas também comprou *Percy Jackson e os Olimpianos*, do autor norte-americano Rick Riordan.

— Quando eu vejo, já cheguei ao final do livro — conta.

Welison disse que não considera caros os livros de que gosta.

O último livro lido pelo administrador Thiago Ferreira, 22 anos, foi do autor George R.R. Martin, famoso pela série de televisão *Game of Thrones*. Além de pegar livros emprestados em bibliotecas, ele costuma baixar livros eletrônicos pela internet.

— É muito importante [a leitura], tanto para falar, quanto para escrever, quanto para agir.



Quadrinhos são os preferidos de Welison



Thiago lê livros que baixa pela internet

Retratos da Leitura no Brasil

Os números revelam a relação do brasileiro com os livros. Os gráficos abaixo mostram uma parte dos dados presentes na pesquisa, respondida por 5,012 pessoas em 315 municípios



QUEM MAIS INFLUENCIOU OS LEITORES A LER



IMPORTÂNCIA DE GANHAR UM LIVRO NO GOSTO PELA LEITURA



Saiba mais

3ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*
http://bit.ly/RLB2012

Flipiri: Festa Literária de Pirenópolis
www.flipiri.com.br

Projeto Racumim e Racutia de incentivo à leitura
www.racumimeracutia.com.br

Projeto de Lei do Senado 294/2005
http://bit.ly/PLS294-2005

Parecer da Comissão de Educação sobre os PLSs 156/2013 e 259/2013
http://bit.ly/parecerCE

Veja todas as edições do Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/especialcidadania

Reforma atualizou equipamentos, que agora podem transmitir mais informações, além de vídeos ao vivo de audiências. Postos de votação também ganharam acessibilidade

Novos painéis modernizam votação no Plenário

UMA DAS MELHORIAS mais visíveis propiciadas pelo aumento dos investimentos no Senado são os novos painéis eletrônicos do Plenário. Em operação desde o fim do ano passado, os equipamentos vão

facilitar o trabalho, por apresentarem mais informações que os modelos anteriores.

— É um salto tecnológico enorme. O painel antigo era da década de 1980 e já era difícil encontrar peças de reposição

— explica Sérgio Bonifácio, coordenador do sistema de votações eletrônicas do Senado.

Os novos painéis são compostos por 18 telas *full HD* (definição máxima) dispostas verticalmente dos dois lados

do Plenário. A tecnologia permite inserir conteúdos legislativos que antes não podiam ser exibidos, como as orientações de liderança, as votações simbólicas e imagens ao vivo de audiências e dos oradores na tribuna.

Um dos desafios do grupo de trabalho encarregado da mudança, segundo Bonifácio, foi respeitar a configuração visual do Plenário, que faz parte de um conjunto arquitetônico tombado pelo patrimônio histórico.

Alterações

Os painéis não são a única mudança no Plenário. Os senadores passaram a contar com novos postos de votação, menos devassáveis — nos antigos, a digitação podia ficar visível a quem estivesse nas galerias. Agora, o senador puxa uma pequena bandeja na mesa, digita a senha e vota. Os parlamentares com defici-

ência terão postos de votação adaptados.

O equipamento usado pelo presidente do Senado para abrir e encerrar as votações também será trocado e passará a ter tela sensível ao toque. O sistema ainda receberá melhorias que tornarão possível publicar quase instantaneamente na internet o resultado das votações.

As mudanças não ocorreram apenas no Plenário. No decorrer deste ano, todas as comissões contarão com painéis eletrônicos, postos de coleta biométrica da presença nas reuniões e notebooks para consulta e votação da pauta (*leia mais na página 8*).

O hardware e o software dos novos painéis, assim como a montagem e a instalação, são responsabilidade de empresa contratada pelo Senado por cerca de R\$ 1,2 milhão. A operação do equipamento está a cargo de servidores da Casa.



Senado investiu em 18 telas de alta definição e mais tecnologia, que vão ampliar o acesso a informações no Plenário

Senadores cobram independência e fiscalização do Poder Executivo pelo Congresso

No dia da abertura dos trabalhos do Congresso, senadores destacaram a necessidade de fazer valer a independência do Parlamento e cumprir a tarefa de fiscalizar o Executivo.

Alvaro Dias (PSDB-PR), líder da oposição, disse ser preciso adotar posição mais rigorosa no controle do Executivo.

— Os escândalos de corrupção mexeram mais ainda com a sociedade, despertando grau de indignação superior. São duas vertentes importantes: a fiscalização e o combate à corrupção, com exigência de responsabilização civil e criminal dos envolvidos, e a cobrança das reformas — avalia.

Para Magno Malta (PR-ES), o ano de 2015 será difícil, o que mudará a postura do governo e exigirá firmeza do Legislativo.

— Certamente a presidente vai pedir tudo, até porque pedir não ofende. É o Congresso, em nome do povo, que tem que saber o que o povo pode dar e o que não pode

— afirmou o parlamentar.

Malta citou a vitória do peemedebista Eduardo Cunha na disputa da Presidência da Câmara para ressaltar que as relações entre o Planalto e o Congresso não serão as mesmas a partir deste ano.

— Sempre houve interferência do Executivo nos trabalhos do Congresso. A Câmara agora tem um presidente que não será subserviente e espero que o Senado tenha o mesmo procedimento.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também fez menção à eleição na Câmara, afirmando que o governo “levou uma sova de criar bicho”. Ele expressou preocupação com a mensagem presidencial ao Congresso.

— As mensagens anteriores ficaram só na promessa. Vamos ver se desta vez muda.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), por sua vez, comentou a eleição para a Presidência do Senado, que acabou reconduzindo Renan Calheiros ao

cargo com 49 votos.

— A eleição foi com o voto contrário de 31 senadores. Esse número indica que a direção tem que ser mais colegiada, mais dialogada.

O recém-chegado Lasier Martins (PDT-RS) cobrou do governo ações para mitigar a crise econômica com prudência.

— Não queremos ver apenas cortes em benefícios, queremos ver cortes dos gastos do governo.



Oposição vai controlar as ações do Poder Executivo, garante Alvaro Dias

Alvaro Dias assume liderança da oposição

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) é o novo líder do Bloco da Minoria no Senado, conforme decisão das bancadas do PSDB, formada por 11 senadores, e do DEM, com 5.

Segundo Alvaro, o grupo formado pelos dois partidos passará a ser denominado Bloco da Oposição, para ampliar a visibilidade da atuação.

O senador disse à imprensa que o papel da oposição em 2015 vai girar em torno principalmente da fiscalização e do controle do Executivo. Segundo ele, é possível serem criadas, ainda neste ano, comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para dar continuidade às investigações na Petrobras e em outros órgãos

públicos, como o BNDES.

Também disse que a oposição vai fazer pressão para que sejam concretizadas reformas, como a política, a do sistema federativo e a tributária. Ele acrescentou que as novas medidas econômicas do governo merecerão atenção de todo o Senado, em especial da oposição.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

A definição dos demais integrantes da Mesa acontecerá em eleição marcada para hoje, no Plenário do Senado.

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvia Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Líderes afirmaram que buscarão apoio para que investigações continuem. No ano passado, estatal foi alvo de uma comissão de inquérito no Senado e outra no Congresso

Oposição quer nova CPI da Petrobras em 2015

OLÍDERDA oposição no Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), e o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), afirmaram anteontem que vão se mobilizar para que as investigações de corrupção na Petrobras continuem em 2015.

Para Caiado, a instalação de uma nova CPI da Petrobras já é matéria vencida dentro do DEM. Ele destacou que, como líder, tem “uma função importante diante de um governo que está se esfacelando” devido a crises de corrupção, escândalos e má gestão.

— Eu, como líder do partido, me responsabilizo de trazer as cinco assinaturas [dos senadores do DEM] para que possamos entregar aos demais líderes para a instalação da CPI da Petrobras.

Caiado afirmou que já foram desviados R\$ 88,6 bilhões na estatal, valor que, segundo ele, equivale a todo o orçamento gasto na saúde pública.

Alvaro Dias considera necessário investigar também denúncias de corrupção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros temas. Alvaro lembrou que, diante de tantas denúncias, é imprescindível que projetos que combatam a corrupção tenham andamento no Congresso:

— É fundamental manter a denúncia permanente e o enfrentamento àqueles que se envolvem com corrupção.

Indagado sobre os temas que poderiam ser discutidos em uma nova CPI da Petrobras, Eunício Oliveira (PMDB-CE)

afirmou que é necessário ter calma. O senador observou que o ano legislativo está apenas começando e ainda não foi formalizado um pedido para a instalação de CPI. No entanto, fez questão de adiantar que o PMDB vai apoiar todas as decisões que visem à maior transparência nos atos públicos.

Em 2014, durante oito meses, a Petrobras foi alvo de duas CPIs no Congresso.

Alvaro e Caiado destacaram a importância de o Congresso aprovar reformas no país. Caiado aponta falta de consistência política e credibilidade moral do governo e, por isso, defende a reforma política.



Ex-diretores da Petrobras Nestor Cerveró (E) e Paulo Roberto Costa (D) participam, em 2014, de acareação na CPI mista

Para senadores governistas, outra comissão de inquérito é desnecessária

Senadores do PT dizem não crer que uma nova CPI Mista da Petrobras consiga investigar profundamente as denúncias de corrupção na estatal.

Questionados sobre a possibilidade de uma nova comissão de inquérito no Congresso, membros da base governista no Senado criticam a iniciativa, vista por eles como inócua.

Humberto Costa (PT-PE), líder do partido, aponta para as duas comissões que trataram do tema ao longo do ano de 2014 — uma apenas no Senado e outra mista, composta de deputados e senadores. Para ele, as comissões não trouxeram fatos novos.

— Nenhuma delas identificou qualquer coisa que já não

estivesse sendo investigada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal — afirmou.

A CPI do Senado, instaurada em maio, reuniu-se até julho e não teve atividades no segundo semestre. A CPI mista começou os trabalhos também em maio e foi mais movimentada, tendo reuniões até dezembro.

Ambas compartilharam o mesmo relatório final. O texto pediu o indiciamento de 52 pessoas e apontou prejuízos para a Petrobras na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, e nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, além de identificar “fortes indícios” de pagamento de propinas.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou não acreditar que o Congresso tenha os meios adequados para realizar uma investigação profunda a respeito das denúncias que envolvem a empresa:

— A investigação está sendo feita pelos órgãos competentes. O Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal são muito mais competentes do que esta Casa para isso.

A senadora vê como “bem possível” que parlamentares de oposição consigam as assinaturas necessárias para a abertura de uma nova CPI mista. Os partidos críticos ao governo já se mobilizam para viabilizar a comissão e tentam fazer avançar inquéritos sobre

outras áreas do setor público, como o BNDES. Gleisi critica esse ímpeto da oposição, que ela classifica de “circo”:

— A oposição deveria ter uma postura mais útil para o Brasil. Espero que parem de fazer do Congresso um espaço para discursos fáceis e acusações.

Da mesma forma, Humberto pediu “cautela e tranquilidade” para que os múltiplos pedidos de comissões de inquérito não acabem por causar uma banalização.

— Isso reduz um instrumento importante de investigação a um palco de disputa política, vulgarizando esse mecanismo. É preciso discutir se vamos por esse caminho ou não.

Vereador deveria ser eleito por voto distrital, diz Serra

Ao apontar a reforma política como uma das pautas prioritárias para o Congresso neste ano, José Serra (PSDB-SP) defendeu a aprovação do voto distrital. O senador acredita ser difícil que a Câmara acate esse sistema eleitoral para escolha de deputados, mas considera possível a adoção para eleger vereadores.

Um município seria dividido em tantos distritos quantas fossem as vagas a serem preenchidas na câmara municipal e, em cada distrito, seria eleito aquele que recebesse o maior número de votos.

— Isso será um avanço imenso no Brasil, até para diminuir o gasto de campanha. Numa cidade como São Paulo, que teria 55 distritos, um



Waldemir Barreto/Agência Senado

Walter Pinheiro (PT-BA) citou a economia, a educação, a saúde, a segurança pública e a reforma política como temas prioritários da 55ª legislatura (2015-2019). Na opinião dele, o ponto de partida deverá ser os ajustes na economia.

— É necessário criar um diálogo com a área econômica e avançar com o pacto federativo, com incentivos para a indústria e com posições muito claras em relação a cortes, custeio e investimentos — afirmou.

O senador acredita que o Congresso precisa traduzir em ações legislativas o lema “Brasil, pátria educadora”, lançado pela presidente Dilma Rousseff na solenidade de posse do segundo

Pinheiro afirma que governo precisa incentivar indústria



Jonas Pereira/Agência Senado

mandato. Três dos oito projetos na pauta de hoje do Plenário do Senado abordam a educação.

Pinheiro recomendou ao Legislativo escolher com o Executivo as iniciativas de maior relevância na saúde. Como exemplo, citou o fortalecimento da rede de atendimento do Programa Mais Médicos, “seja com a destinação de mais recursos ou a capacitação dos profissionais”.

Anastasia quer mais verbas para estados e municípios

O ex-governador de Minas Gerais Antonio Anastasia (PSDB-MG) inicia o primeiro mandato no Senado prometendo lutar pelo fortalecimento da Federação.

— Isso significa mais recursos e meios para que os estados possam funcionar melhor na educação e na saúde. E também na parte da segurança pública, a meu juízo, um dos maiores problemas que temos hoje em todo o Brasil — disse o senador, após a cerimônia de posse.

Anastasia engrossa o coro dos políticos que apontam injustiças na distribuição de recursos da União para estados e municípios, por acreditarem que o governo federal os monopoliza



Jane de Araújo/Agência Senado

e concentra cada vez mais.

Outro tema que merecerá a atenção de Anastasia é a gestão da água. De acordo com ele, o Brasil atravessa uma crise de recursos hídricos, o que leva à necessidade de reavaliar o uso da água no país. Para o representante de Minas Gerais, “o Senado não poderá se furtar ao debate”.

Indicação de integrantes das 12 comissões permanentes do Senado é feita pelos líderes partidários. Escolha costuma ser na primeira semana dos trabalhos legislativos

Partidos se preparam para formar comissões

EMPOSSADOS ANTEONTEM OS 27 novos senadores, os trabalhos legislativos do Senado foram retomados. O primeiro passo é a distribuição dos parlamentares pelas 12 comissões permanentes do Senado. Depois, vem a escolha do presidente de cada comissão.

São os líderes partidários que indicam os senadores das comissões. Caso dois ou mais partidos decidam compor um bloco parlamentar, com liderança única, será esse bloco que indicará os membros das comissões.

Cada senador pode participar de até três comissões permanentes como membro titular e de outras três como suplente. A única exceção é o presidente do Senado, que não pode fazer parte de nenhuma comissão, a não ser a Comissão Diretora, que é a Mesa da Casa.

Os partidos e blocos devem obedecer a regras de proporcionalidade para preencher as cadeiras das comissões. Os maiores grupos políticos

representados no Senado recebem mais assentos. No entanto, é possível a cessão de vagas de um partido ou bloco para outro, de modo a assegurar a representação plural nos colegiados.

Presidentes

Uma vez montadas as comissões, elas devem decidir quem serão os presidentes. Segundo o Regimento Interno do Senado, o presidente de uma comissão deve ser eleito pelos membros em pleito secreto. Na prática, porém, as lideranças partidárias decidem esses nomes por meio de acordos, respeitando a proporcionalidade das bancadas. Os membros das comissões, tradicionalmente, referendam essas escolhas.

Os presidentes das comissões permanentes têm mandato de dois anos. Não é permitida a reeleição. Cada comissão tem um vice-presidente.

Os trabalhos dos colegiados só podem se iniciar após a definição dos presidentes e vices. Isso costuma ocorrer ao longo

da primeira semana da sessão legislativa. Entretanto, como esse processo está sujeito à formação de blocos parlamentares e acordos partidários, é possível que circunstâncias políticas causem algum atraso. Em 2011, cinco comissões só definiram os presidentes em março.

O Senado tem 12 comissões permanentes. Elas são temáticas e discutem os projetos pertinentes a suas áreas de atuação, produzindo relatórios e pareceres que orientam a votação das propostas e embasam o debate na sociedade. Em muitos casos, podem aprovar definitivamente os projetos que analisam, sem necessidade de enviá-los ao Plenário.

Cada comissão pode criar subcomissões para analisar com mais proximidade temas específicos. Alguns exemplos são a Subcomissão da Amazônia, dentro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a Subcomissão do PAC, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI),

Os 12 colegiados permanentes do Senado

CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27 membros
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos	27 membros
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	27 membros
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura	23 membros
CAS	Comissão de Assuntos Sociais	21 membros
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	19 membros
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	19 membros
CMA	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	17 membros
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	17 membros
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	17 membros
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	17 membros
CSF	Comissão Senado do Futuro	11 membros

e a Subcomissão do Livro, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Além das comissões do Senado, os senadores integram as comissões mistas

do Congresso Nacional. São seis colegiados permanentes. O mais importante é a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que vota as matérias orçamentárias do país.

Neste ano, votação nos colegiados passa a ser eletrônica

Graças a alterações feitas no Regimento Interno do Senado no final de 2014, o processo legislativo deverá ser agilizado neste ano. Uma das mais importantes foi a Resolução 39, que abre caminho para o voto eletrônico também nas comissões permanentes,

o que antes só ocorria no Plenário.

A resolução institui o sistema biométrico no registro de presença dos senadores, autoriza a publicação dos avulsos (impressos com dados sobre as proposições em discussão) em formato eletrônico, economizando

tempo e papel, e dispensa a assinatura em ata, a cada decisão das comissões, de todos os senadores presentes.

A partir deste ano, bastam as assinaturas do presidente e do relator e a lista de presença, com as declarações de voto.

— Isso obrigava o secretário da comissão a correr atrás dos senadores para colher assinaturas. Às vezes, alguns já tinham saído da sala, ou assinavam com certa insegurança: “Eu estou assinando o que mesmo?” — explica o diretor-geral Luiz Fernando Bandeira.

Investimento

Para pôr as alterações em prática, o Senado investiu na compra de aparelhos de leitura de impressões digitais, painéis eletrônicos, terminais de votação e computadores para as comissões, de modo que os senadores possam ver na tela a pauta do dia.

Outra mudança do fim ano passado,

a Resolução 38 evita que a pauta do Senado seja atravancada por requerimentos de votos de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura. Alguns desses requerimentos eram fonte de prolongados debates, porque tinham que ser aprovados em nome de todo o Senado e nem sempre havia consenso. Com a resolução, os senadores podem fazer requerimentos a título pessoal e, caso queiram que o voto seja em nome de todo o Senado, precisam recolher a assinatura de 27 senadores (um terço dos membros da Casa).

— A Comissão de Constituição e Justiça chegou a ter um acúmulo de 700 votos de aplauso ou censura, que, por divergência política, não avançavam — afirma Bandeira.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) foi a primeira a usar o sistema eletrônico de votação, inaugurado em 9 de dezembro, para testar os novos equipamentos.



Painel eletrônico de votação é testado em comissão do Senado: sistema começa a ser usado em 2015

Ronaldo Caiado pretende priorizar reforma tributária

Ronaldo Caiado (DEM-GO) anunciou que dará prioridade à reforma tributária durante o mandato. O senador destacou a convalidação de incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O PLS 130/2014, que legaliza os incentivos, já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e teve a votação em Plenário adiada a pedido do ministro da Fazenda, Joaquim Levy.



Caiado, novo líder do DEM, afirmou que pretende integrar a CAE. O parlamentar disse que a reforma política terá tratamento prioritário no Congresso.

— O governo está em crise de credibilidade e de governabilidade, é como

um paciente politraumatizado: temos que estancar a sangria. Vejo a reforma política como um ponto para acabar com a compra do voto e a utilização da máquina do governo — afirmou.

Wellington Fagundes quer menos burocracia e transporte melhor

Depois de seis mandatos como deputado federal, Wellington Fagundes (PR-MT) chega ao Senado prometendo combate à burocracia, que drena recursos públicos que deveriam estar a serviço dos cidadãos nos municípios.

— Há um passeio do recurso público até chegar ao município e, quando chega, é pouco. Por isso, a reclamação é muito grande — observou.

Wellington Fagundes, que é presidente da Frente Parlamentar de



Transporte e Armazenamento, pretende priorizar infraestrutura e logística.

— Precisamos melhorar estradas, portos, aeroportos, ferrovias, que estão emperadas, e principalmente hidrovias, setor em que temos um grande potencial pouco

utilizado — frisou o senador.

O parlamentar contou que pretende fazer parte das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).